



MUNICÍPIO DA NAZARÉ

Av. Vieira Guimarães
262 55 00 10
geral@cm-nazare.pt


ANO
2021

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

GRUPO MUNICIPAL DA NAZARÉ

 vimeo.com/municipiodanazare

 facebook.com/cm-nazare

 instagram.com/municipiodanazare/



Índice

Introdução	2
Entidades do grupo autárquico, perímetro de consolidação e métodos de consolidação	3
Principais atividades desenvolvidas	6
Recursos humanos	7
Análise económica e financeira	8
Balanço	9
Demonstração de resultados por natureza	12
Impacto da pandemia Covid-19 no grupo autárquico	17
Demonstrações orçamentais consolidadas	18
Demonstração orçamental consolidada do desempenho orçamental	19
Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza	20
Demonstrações financeiras consolidadas	21
Balanço consolidado	22
Demonstrações dos resultados consolidados por natureza	23
Demonstração dos fluxos de caixa consolidados	24
Demonstração das alterações no património líquido	25
Anexo às demonstrações financeiras consolidadas	26



Introdução

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI - Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro), prevê no seu artigo 75º a obrigatoriedade dos municípios apresentarem contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

O Regime Jurídico do Setor Empresarial Local e das Participações Locais, sem prejuízo do regime previsto na lei geral, aplica-se à constituição ou à mera participação em associações, cooperativas, fundações ou quaisquer outras entidades de natureza privada ou cooperativa pelos municípios, pelas associações de municípios.

De acordo com o preconizado nesse preceito, os municípios, as entidades intermunicipais e entidades associativas municipais, expressamente identificadas por “entidade mãe”, ou “entidade consolidante”, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas.

Assim sendo, considera-se que o grupo autárquico é composto por um município, ou uma entidade intermunicipal, ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta (cf. disposto no nº 3 do artigo 75º, do RFALEI).

O Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP), aplica-se a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsector da segurança social, e às entidades públicas reclassificadas.

Em matéria de consolidação de contas importa sublinhar que o SNC-AP revogou a Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, que aprovou a Orientação n.º 1/2010, como “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”, estabelecendo um conjunto de princípios subjacentes à consolidação de contas.

Assim a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades segue o prescrito na NCP 22 - Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Neste contexto, o Município da Nazaré elaborou em 2021, a consolidação de contas do grupo municipal.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'MSS', 'Rui', 'Vitor', and a large circular stamp]



Entidades do grupo autárquico, perímetro de consolidação e métodos de consolidação

O artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro – diploma legal que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas - estabelece, em matéria de consolidação de contas, o seguinte quanto aos perímetros de consolidação:

- Perímetro de consolidação de natureza orçamental (NCP26)
- Perímetro de natureza financeira (NCP22)

O Perímetro de consolidação abrange o conjunto de entidades cujas contas vão ser objeto de consolidação e face às quais se tem de apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

As entidades a integrar o perímetro de consolidação dependem da relação de controlo entre a entidade participante e a entidade participada.

O SNC-AP não estabelece explicitamente os pressupostos de presunção de controlo, no entanto, para a administração local, os mesmos estão previstos nos n.ºs 4 e 5 do artigo 75º do RFALEI.

De acordo com o normativo, a existência ou presunção de controlo, por parte dos municípios, das entidades intermunicipais e das suas entidades associativas relativamente a outra entidade, afere-se pela verificação dos seguintes pressupostos referentes às seguintes entidades:

- Serviços municipalizados e intermunicipalizados, a detenção, respetivamente total ou maioritária, atendendo, no último caso, ao critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- De natureza empresarial, a sua classificação como empresas locais nos termos dos artigos 7.º e 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- De outra natureza, a sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado.



Com base nestes pressupostos, temos:

Grupo Municipal da Nazaré



O município da Nazaré detém participação financeira nos Serviços Municipalizados da Nazaré e na empresa municipal Nazaré Qualifica.

De seguida apresentam-se as entidades incluídas na consolidação e o respetivo método de consolidação utilizado.

Quadro 1 - Entidades do grupo autárquico

Entidade	Tipo	Capital	% Participação	NCP aplicável	Mensuração	
					Contas individuais	Contas consolidadas
Serviços Municipalizados da Nazaré	SM	9 485 572,98	100,00%	NCP 22	MEP	Integral
Nazaré Qualifica, EM	EM	10 000,00	100,00%	NCP 22	MEP	Integral



Definição dos métodos

- Método de consolidação integral: método de consolidação adotado em situações de controlo exclusivo. Consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas e da eliminação da participação financeira nas demonstrações financeiras da entidade consolidante;
- Método da equivalência patrimonial: método contabilístico nos termos do qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e é ajustado posteriormente em função da evolução pós-aquisição da quota-parte dos ativos líquidos da associada ou empreendimento conjunto detidos pela investidora. Os resultados da investidora incluem a sua quota-parte nos resultados da participada e os ativos líquidos da investidora incluem a quota-parte nas alterações nos ativos líquidos da participada que não foram reconhecidas através dos resultados.



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'MSS', 'PUC', and 'Jury']

Principais atividades desenvolvidas

➤ Serviços Municipalizados da Nazaré

Os Serviços Municipalizados da Nazaré asseguram e gestão de vários serviços básicos, tais como abastecimento de água, gestão de resíduos sólidos urbanos, saneamento, limpeza urbana e transporte coletivo de pessoas.

➤ Nazaré Qualifica EM – Unipessoal, Lda

A entidade Nazaré Qualifica EM - Unipessoal, Lda. é uma empresa local de gestão de serviços de interesse geral destinada à promoção e gestão de equipamentos coletivos e de desenvolvimento económico, gestão do estacionamento público urbano e prestação de serviços na área da educação, ação social, cultura, saúde e desporto. Societariamente, é uma empresa municipal que goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa e financeira.



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Recursos humanos

O número de funcionários das entidades incluídas no perímetro de consolidação foi de 462 em 31 de dezembro de 2021, repartido por categorias da seguinte forma:

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Categoria profissional	N.º de funcionários			Total
	CMN	SMN	NQ	
Dirigente superior	0	0	0	0
Dirigente intermédio	3	0	0	3
Técnico superior	51	10	20	81
Assistente técnico	48	34	2	84
Assistente operacional	111	85	59	255
Outros	39	0	0	39
Total	252	129	81	462

No ano de 2021, ainda consequência da pandemia COVID-19, e a nível da prevenção e segurança foram desenvolvidos diversos procedimentos para proteger os funcionários e garantir a segurança nas instalações camarárias.



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Análise económico-financeira

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil para a tomada de decisões. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações publicas (SNC-AP).

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados consolidados.

**Balanço**

➤ Ativo

No final de 2021, o ativo do Grupo Municipal ascendeu a 55.877.022,91 €, o que significa um aumento de 1,1 milhões de euros em relação ao ano anterior (2,16%). Do total do ativo, 87% é constituído por ativo não corrente e 13% por ativo corrente. De seguida faz-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo.

ATIVO	2021	2020	Var. 21/20	Var. %
Ativos fixos tangíveis	47 046 192,45	46 620 268,37	425 924,08	0,91%
Ativos intangíveis	271 495,64	324 112,36	-52 616,72	-16,23%
Participações financeiras	840 556,00	840 556,00	0,00	0,00%
Outras contas a receber	504 558,52	0,00	504 558,52	-
Ativo não corrente	48 662 802,61	47 784 936,73	877 865,88	1,84%
Inventários	284 848,16	353 165,54	-68 317,38	-19,34%
Devedores por transf. e subsídios não reembolsáveis	168 520,19	170 617,23	-2 097,04	-1,23%
Clientes, contribuintes e utentes	544 759,24	630 468,65	-85 709,41	-13,59%
Estado e outros entes públicos	129 020,13	157 783,04	-28 762,91	-18,23%
Outras contas a receber	1 082 000,50	1 173 900,45	-91 899,95	-7,83%
Diferimentos	47 068,78	54 021,77	-6 952,99	-12,87%
Outros ativos financeiros	500,00	500,00	0,00	0,00%
Caixa e depósitos	4 957 503,30	4 370 455,04	587 048,26	13,43%
Ativo corrente	7 214 220,30	6 910 911,72	303 308,58	4,39%
Ativo Total	55 877 022,91	54 695 848,45	1 181 174,46	2,16%

Os ativos fixos tangíveis representam 84% do total do ativo e registam um aumento de 425 mil euros face a 2020.

As dívidas de terceiros representam 3,44% do ativo total e tiveram uma ligeira diminuição.

A rubrica caixa e depósitos registou um acréscimo de 587 mil euros, o que possibilitou o pagamento de faturas já depois do final do ano.



➤ Património líquido

O património líquido do grupo municipal apresenta no final de 2021, o valor de 20.867.929,14 €, refletindo um aumento de 2,1 milhões de euros face ao final de 2020.

PATRIMÓNIO LÍQUIDO	2021	2020	Var. 21/20	Var. %
Património / Capital	12 811 254,78	12 811 254,78	0,00	0,00%
Reservas	307 676,23	307 676,23	0,00	0,00%
Resultados transitados	-1 740 774,18	-2 131 566,95	390 792,77	-18,33%
Ajustamentos em ativos financeiros	-4 947 747,81	-4 948 493,03	745,22	-0,02%
Outras variações no património líquido	13 569 364,62	12 246 773,54	1 322 591,08	10,80%
Resultado líquido do período	868 155,50	480 830,92	387 324,58	80,55%
Património Líquido Total	20 867 929,14	18 766 475,49	2 101 453,65	11,20%

As rubricas que compõem o património líquido que mais contribuíram para esta variação foram as outras variações no património líquido (1,3 milhões de euros), os resultados transitados (390 mil euros) e o resultado líquido do período (387 mil euros).



Handwritten signature

➤ Passivo

Em relação ao passivo, o Grupo Municipal apresentou a 31 de dezembro de 2021 um valor de 35.009.093,77 €, verificando-se uma redução de 920 mil euros em relação ao final de 2020. O passivo não corrente representa 89,8% do total e o passivo corrente 10,2%. Seguidamente pode verificar-se a estrutura e a evolução das suas rubricas.

Handwritten signature

PASSIVO	2021	2020	Var. 21/20	Var. %
Provisões	12 199,95	1 880 177,17	-1 867 977,22	-99,35%
Financiamentos obtidos	30 455 551,41	29 141 690,60	1 313 860,81	4,51%
Diferimentos	0,00	0,00	0,00	-
Outras contas a pagar	993 875,61	835 867,43	158 008,18	18,90%
Passivo não corrente	31 461 626,97	31 857 735,20	-396 108,23	-1,24%
Fornecedores	873 495,28	1 122 842,14	-249 346,86	-22,21%
Estado e outros entes públicos	287 268,51	149 275,09	137 993,42	92,44%
Financiamentos obtidos	1 172 379,76	1 008 153,54	164 226,22	16,29%
Fornecedores de investimentos	889,14	587 199,25	-586 310,11	-99,85%
Outras contas a pagar	1 213 434,11	1 204 167,74	-9 119,44	0,77%
Passivo corrente	3 547 466,80	4 071 637,76	-524 170,96	-12,87%
Passivo Total	35 009 093,77	35 929 372,96	-920 279,19	-2,56%

A variação negativa de 2,56% resulta do decréscimo do valor das provisões, fruto de utilizações de provisão no exercício. Ficou concluído o processo judicial 1347/16.0 BELRA-A - Ecoambiente, tendo o Município sido condenado a pagar o valor de 1.850.000,00 € acordado em tribunal, pelo que foi utilizada a provisão constituída no âmbito deste processo e de diversas rubricas do passivo corrente. As rubricas de fornecedores e fornecedores de investimentos diminuíram em 22,2% e 99,8%, respetivamente.

**Demonstração de resultados por natureza**

O ano de 2021 saldou-se por um resultado líquido positivo de 868.155,50 €.

DESCRIÇÃO	VALOR	%
RENDIMENTOS		
Impostos, contribuições e taxas	9 310 000,36	41,44%
Vendas	2 003 002,92	8,92%
Prestações de serviços e concessões	5 331 655,17	23,73%
Transferências e subsídios correntes obtidos	4 580 493,27	20,39%
Trabalhos para a própria entidade	39 128,64	0,17%
Provisões (aumentos/reduções)	15 265,69	0,07%
Imparidade de dívidas a receber (reversões)	0,00	0,00%
Outros rendimentos	1 169 173,25	5,20%
Juros e rendimentos similares obtidos	17 257,61	0,08%
Total de rendimentos	22 465 976,91	100,00%
GASTOS		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1 187 287,90	5,50%
Fornecimentos e serviços externos	6 627 809,51	30,69%
Gastos com pessoal	8 459 303,66	39,17%
Transferências e subsídios concedidos	1 159 339,95	5,37%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	74 639,96	0,35%
Outros gastos	719 932,76	3,33%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	2 760 786,41	12,78%
Juros e gastos similares suportados	569 249,80	2,64%
Imposto sobre o rendimento	39 471,46	0,18%
Total de gastos	21 597 821,41	100,00%
Resultado líquido do período	868 155,50	3,86%

Os rendimentos totalizaram 22.465.976,91 €, e por sua vez, os gastos fixaram-se em 21.597.821,41 €, ou seja, 3,86% abaixo dos rendimentos.

Verifica-se que a atividade financeira do Grupo Municipal se sustentou em três importantes áreas: “Impostos, contribuições e taxas”, “Prestações de serviços e concessões” e “Transferências e subsídios correntes obtidos” que no seu conjunto foram responsáveis por 85,56% dos rendimentos. Para além destas, as vendas atingiram 2.003.002,92 €, nomeadamente a venda da água por parte dos Serviços Municipalizados e existiram outros rendimentos de 1.169.173,25 €, na sua maior parte



resultantes da especialização dos subsídios ao investimento, das rendas de edifícios, da renda de concessão da EDP e de compensações ao município em processos de edificação urbana.

Nos gastos, a distribuição é relativamente equilibrada, sendo, no entanto, de referir o peso estrutural das rubricas:

- Gastos com o pessoal, com 39,17%
- Fornecimentos e serviços externos, com 30,69%
- Gastos/reversões de depreciação e amortização, com 12,78%

Em termos de evolução, temos:

Rendimentos

Efetuada uma análise aos rendimentos do ano de 2021 e respetiva evolução, podemos concluir que houve um acréscimo de 2,9 milhões de euros face ao ano de 2020.

RENDIMENTOS	31/12/2021	31/12/2020	Var. 21/20	Var. %
Impostos, contribuições e taxas	9 310 000,36	7 654 645,81	1 655 354,55	21,63%
Impostos diretos	5 285 676,92	5 163 757,55	121 919,37	2,36%
Derrama	174 621,57	218 701,38	-44 079,81	-20,16%
IMI	4 698 933,58	4 558 951,63	139 981,95	3,07%
IUC	378 475,10	370 162,41	8 312,69	2,25%
Outros	33 646,67	15 942,13	17 704,54	111,06%
Impostos indiretos	3 831 813,00	2 260 713,73	1 571 099,27	69,50%
Loteamentos e obras	196 980,58	242 399,45	-45 418,87	-18,74%
Ocupação de via pública	34 585,58	80 161,01	-45 575,43	-56,85%
TMDP	7 763,94	7 155,30	608,64	8,51%
IMT	3 589 113,30	1 928 904,78	1 660 208,52	86,07%
Outros	3 369,60	2 093,19	1 276,41	60,98%
Taxas, multas e outras penalidades	192 510,44	230 174,53	-37 664,09	-16,36%
Vendas	2 003 002,92	1 447 783,75	555 219,17	38,35%
Prestações de serviços e concessões	5 331 655,17	4 644 477,45	687 177,72	14,80%
Transferências e subsídios obtidos	4 580 493,27	4 392 816,47	187 676,80	4,27%
Provisões (aumentos/reduções)	15 265,69	0,00	15 265,69	-
Rendimentos imputados de entidades controladas	0,00	0,00	0,00	-100,00%
Trabalhos para a própria entidade	39 128,64	90 949,14	-51 820,50	-56,98%
Imparidade de dívidas a receber (reversões)	0,00	7 287,06	-7 287,06	-100,00%
Outros rendimentos	1 169 173,25	1 292 445,87	-123 272,62	-9,54%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	17 257,61	7 948,57	9 309,04	100,00%
Total	22 465 976,91	19 538 354,12	2 927 622,79	14,98%

Exercício económico de 2021



A rubrica de impostos indiretos registou um aumento de 69,50% (+1,57 milhões de euros), resultado do acréscimo da cobrança do imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis (IMT). O IMT é um imposto de carácter muito variável, tendo aumentado face ao ano anterior, e apesar da situação de pandemia que atravessamos, o mercado imobiliário de transações foi muito superior ao expectável, o que transmite sinais de recuperação económica e confiança da população em geral.

A rubrica de prestações de serviços e concessões teve um aumento de 687 mil euros e as vendas um incremento de 555 mil. Apesar da pandemia, que ainda perdura, o levantamento de muitas restrições e dos confinamentos, permitiram que os diversos equipamentos, entre os principais, o ascensor, o Forte S. Miguel Arcanjo (Farol), piscina municipal e vários equipamentos culturais, estivessem abertos durante o ano, gerando uma maior cobrança de receita neste tipo de serviços.

Também a rubrica de transferências e subsídios obtidos, regista um incremento de 4,27% (+187 mil euros), que resulta da transferência proveniente do OE como participação dos Municípios na receita do IVA (alínea d) do art. 25.º e art. 26.º-A da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto (-10 mil euros), do aumento do Fundo de Equilíbrio Financeiro (+70 mil euros), do aumento da participação no IRS (+40 mil euros), da diminuição de outras transferências correntes (-8 mil euros) e do aumento das transferências do IGEFE por conta da transferência de competências na área da educação, operada pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto (+96 mil euros). Este último motivo, a transferência de competências na área da educação, teve o seu início no ano de 2020 e a receita liquidada compensa o aumento da despesa com o pessoal. De referir ainda que, a forma de contabilização da transferência do FEF de capital e da transferência no âmbito do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 73/2013 do Orçamento do Estado, com o normativo SNC-AP, alterou, passando a ser contabilizadas nas outras variações do património líquido – transferências de capital.

Gastos

No que diz respeito aos gastos no final do ano 2021, verifica-se um acréscimo de 2,54 milhões de euros face ao período homólogo.



GASTOS	31/12/2021	31/12/2020	Var. 21/20	Var. %
CMVMC	1 187 287,90	870 202,30	317 085,60	36,44%
Fornecimentos e serviços externos	6 627 809,51	5 616 787,03	1 011 022,48	18,00%
Gastos com o pessoal	8 459 303,66	7 810 800,16	648 503,50	8,30%
Transferências e subsídios concedidos	1 159 339,95	881 619,42	277 720,53	31,50%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	74 639,96	0,00	74 639,96	#DIV/0!
Outros gastos e perdas	719 932,76	842 941,16	-123 008,40	-14,59%
Gastos de depreciação e de amortização	2 760 786,41	2 465 499,18	295 287,23	11,98%
Juros e gastos similares suportados	569 249,80	555 963,92	13 285,88	2,39%
Imposto sobre o rendimento	39 471,46	13 710,03	25 761,43	187,90%
Total	21 597 821,41	19 057 523,20	2 540 298,21	13,33%

Esta variação de 13,33% resulta de aumentos em todas as rubricas, com exceção da rubrica de outros gastos e perdas. Em termos absolutos, as rubricas que se evidenciaram foram, a rubrica “fornecimentos e serviços externos” com um aumento de 1 milhão de euros, a rubrica “gastos com o pessoal” com 648 mil euros, a rubrica “custo das mercadorias vendidas e matérias primas consumidas” com 317 mil euros, a rubrica de “gastos de depreciação e de amortização” com 215 mil euros e a rubrica de “outros gastos e perdas” com 295 mil euros e a rubrica “transferências e subsídios concedidos” com 277 mil euros.

A grande variação face ao ano anterior registou-se nos fornecimentos e serviços externos. Esta rubrica regista despesas com aquisições de bens de consumo, que não sejam existências inventariáveis e serviços prestados por entidades externas. Teve um acréscimo de 18%.

Grande parte deste incremento diz respeito aos serviços especializados e serviços diversos. Em 2021 registou-se um aumento nos gastos com estudos, pareceres e consultoria jurídica, resultado do pagamento de despesas provenientes de processos judiciais, nos gastos com projetos de arquitetura e fiscalização de obras, resultado do pagamento de diversos projetos (elaboração da estratégia local de habitação, especialidades do funicular (fase1), levantamentos topográficos, entre outros), nos gastos com comissões de cobrança de impostos, resultado do aumento do valor cobrado dos impostos e conseqüente aumento dos encargos associados e pagos à AT.

Registou-se igualmente um aumento nos gastos com rendas e alugueres, resultado do aumento do aluguer de diversos equipamentos (veículos elétricos, contentores modulares para salas de aula, tendas para as eleições, entre outros), nos gastos com serviços desportivos (serviços com atividades de surf, realização da supertaça de andebol, entre outros, aumento nos gastos com limpeza e higiene e educação, nomeadamente com o incremento de aquisição de prestadores de serviços para as escolas do concelho e higienização das instalações do Grupo Municipal.



Registou-se um aumento significativo nos gastos com pessoal (+648 mil euros). Estes gastos compreendem as remunerações e respetivos encargos com os funcionários e executivo do Grupo Municipal. O Grupo Municipal contabilizava no final do ano 462 colaboradores, mais 12 relativamente ao final de 2020. No âmbito da transferência de competências na educação, foram transferidos para o Município da Nazaré 54 colaboradores em termos acumulados até ao final do ano.

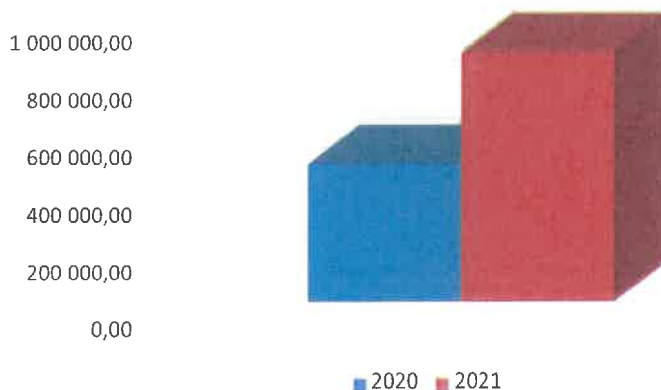
Este aumento em termos de gasto resulta da transferência de competências na área da educação, consubstanciada na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, do descongelamento das progressões na carreira, do aumento do salário mínimo nacional, das entradas pelos procedimentos concursais para contratos de trabalho por tempo indeterminado nos Serviços Municipalizados e da contratação de pessoal para reforço de equipas de que executam tarefas de limpeza e higienização. O aumento resultante da transferência de competências é compensado com o aumento de transferências na receita no mesmo âmbito.

Resultado líquido consolidado do exercício

O resultado líquido do Grupo Municipal do exercício de 2021 fixou-se nos 868.155,50 €.

Este resultado consolidado, difere do resultado que consta nas contas individuais do Município em 15.675,17 €. As contas individuais do Município tiveram por base um resultado provisório dos Serviços Municipalizados, que face ao resultado definitivo, difere em 5.675,17 € e o diferencial de 10 mil euros corresponde a uma operação de alienação de património por parte dos Serviços Municipalizados registada apenas parcialmente.

Resultado líquido do Grupo Municipal





Impacto da pandemia Covid-19 no grupo autárquico

Durante o ano de 2021, o Município da Nazaré e o Grupo Municipal continuaram comprometidos no combate à pandemia Covid-19. O Grupo Municipal da Nazaré consciente das dificuldades que surgiam dia após dia promoveu um conjunto de ações que, no seu foco, procurou atenuar os efeitos negativos da pandemia nas pessoas e nas empresas do concelho.

Neste sentido, o Executivo da Câmara Municipal da Nazaré aprovou um conjunto de medidas destinadas a reduzir os impactos financeiros, consequentes da pandemia COVID-19, sobre os municípios e as empresas instaladas no concelho, nomeadamente com isenção do pagamento das taxas municipais de ocupação de via pública e esplanadas; isenção do pagamento de estacionamento nas zonas tarifadas com parquímetro e nos parques de estacionamento; suspensão do pagamento das rendas do bairro de habitação municipal; entre outros.

Em igual sentido, a Câmara Municipal da Nazaré reforçou o seu apoio alimentar à Loja Social e Instituições Particulares de Solidariedade Social - IPSS do concelho. Cerca de seis toneladas de alimentos de primeira necessidade - num reforço de mais de 11 mil euros - foram entregues às quatro entidades que respondem diretamente às necessidades alimentares da população mais carenciada e das famílias que ficaram desprotegidas com o prolongamento da pandemia da COVID-19.

Procurando mitigar e detetar possíveis focos de contágios, o Grupo Municipal da Nazaré, através do seu Serviço Municipal de Proteção Civil, desencadeou várias ações de testagem à COVID-19 em todos os seus serviços municipais e, também, junto dos profissionais que se encontram na linha da frente de resposta à pandemia e, consequentemente, mais expostos ao risco de contaminação pelo vírus: os Bombeiros Voluntários da Nazaré e os colaboradores da Associação de Dadores Benévolos de Sangue do Concelho da Nazaré.

Tudo isto, como é obvio, continua a ter implicações, quer nos próximos orçamentos, quer do Município, quer dos Serviços Municipalizados, quer nos próximos relatórios de gestão e respetivas contas.



Município da Nazaré

Relatório de Gestão Consolidado

Demonstrações orçamentais consolidadas



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Grupo Municipal da Nazaré

RUBRICA	RECEBIMENTOS	2021	2020	RUBRICA	PAGAMENTOS	2021	2020
RA01	Saldo de gerência anterior	4 370 455,04	4 722 655,77				
RI01	Operações orçamentais [1]	3 519 915,11	3 868 874,07				
RI02	Devolução do saldo operações orçamentais						
RI04	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades						
RI03	Operações de tesouraria [A]	850 539,93	853 781,70				
RA02	Receita corrente	22 184 906,64	19 281 144,88	DA01	Despesa corrente	21 002 844,72	17 383 604,30
R1	Receita fiscal	8 796 264,98	7 238 169,87	D1	Despesas com o pessoal	7 789 841,99	7 201 813,16
R1.1	Impostos diretos	8 796 264,98	7 045 680,20	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	5 949 497,20	5 541 623,86
R1.2	Impostos indiretos	0,00	192 489,67	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	432 812,08	391 512,53
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde			D1.3	Segurança social	1 407 532,71	1 268 676,77
R3	Taxas, multas e outras penalidades	459 623,78	362 010,34	D2	Aquisição de bens e serviços	9 986 426,91	8 251 237,30
R4	Rendimentos de propriedade	454 467,81	455 862,78	D3	Juros e outros encargos	1 510 235,95	779 522,88
R5	Transferências e subsídios correntes	4 525 440,98	4 341 641,42	D4	Transferências e subsídios correntes	730 110,67	691 408,66
R5.1	Transferências correntes	4 525 440,98	4 341 641,42	D4.1	Transferências correntes	730 110,67	691 408,66
R5.1.1	Administrações Públicas	4 525 440,98	4 341 641,42	D4.1.1	Administrações Públicas	123 000,00	128 000,00
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	4 525 440,98	4 341 641,42	D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português		
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades			D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		
R5.1.1.3	Segurança Social			D4.1.1.3	Segurança Social		
R5.1.1.4	Administração Regional			D4.1.1.4	Administração Regional		
R5.1.1.5	Administração Local			D4.1.1.5	Administração Local	123 000,00	128 000,00
R5.1.2	Exterior - U E			D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	469 573,92	390 782,89
R5.1.3	Outras			D4.1.3	Famílias	62 536,75	72 625,77
R5.2	Subsídios correntes			D4.1.4	Outras	75 000,00	100 000,00
R6	Venda de bens e serviços	5 925 625,85	5 426 571,81	D4.2	Subsídios Correntes	0,00	0,00
R7	Outras receitas correntes	2 023 483,24	1 456 888,66	D5	Outras despesas correntes	986 229,20	459 622,30
RA03	Receita de capital	2 099 087,13	2 077 459,38	DA02	Despesa de capital	4 216 564,12	4 263 914,30
R8	Venda de bens de investimento	310 659,40	0,00	D6	Aquisição de bens de capital	4 155 624,90	4 211 668,28
R9	Transferências e subsídios de capital	1 788 427,73	2 077 459,38	D7	Transferências e subsídios de capital	60 939,22	52 246,02
R9.1	Transferências de capital	1 788 427,73	2 077 459,38	D7.1	Transferências de capital	60 939,22	52 246,02
R9.1.1	Administrações Públicas	1 788 427,73	2 077 459,38	D7.1.1	Administrações Públicas	31 000,00	32 000,00
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português			D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português		
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades			D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		
R9.1.1.3	Segurança Social			D7.1.1.3	Segurança Social		
R9.1.1.4	Administração Regional			D7.1.1.4	Administração Regional		
R9.1.1.5	Administração Local			D7.1.1.5	Administração Local	31 000,00	32 000,00
R9.1.2	Exterior - U E			D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	29 939,22	20 246,02
R9.1.3	Outras			D7.1.3	Famílias		
R9.2	Subsídios de capital			D7.1.4	Outras		
R10	Outras receitas de capital			D7.2	Subsídios de capital		
RA04	Receita efetiva [2]	24 287 822,14	21 358 604,26	D8	Outras despesas de capital		
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	3 828,37	0,00	DA03	Despesa efetiva [5]	25 219 408,84	21 647 518,60
RA05	Receita não efetiva [3]	2 323 000,00	0,00	DA04	Despesa não efetiva [6]	818 723,55	235 634,25
R12	Receita com ativos financeiros	0,00		D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	20 669,50
R13	Receita com passivos financeiros	2 323 000,00		D10	Despesa com passivos financeiros	818 723,55	214 964,75
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	31 895 860,18	25 227 478,33	DA05	Soma [7]=[5]+[6]	26 038 132,39	21 883 152,85
ROT1	Operações de tesouraria [B]	357 758,69	104 637,94	DOT1	Operações de tesouraria [C]	343 400,18	102 290,08
				DA06	Saldo para a gerência seguinte	4 957 503,30	4 370 455,04
				DA07	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	4 092 604,86	3 514 325,48
				DA08	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	864 898,44	856 129,56
				DA09	Saldo global [2] - [5]	-931 586,70	-137 960,04
				DA10	Despesa primária	22 452 699,30	20 188 800,94
				DA11	Saldo corrente	1 095 993,05	1 878 861,91
				DA12	Saldo de capital	-2 080 773,35	-2 131 562,06
				DA13	Saldo primário	524 151,05	526 822,73
				DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	28 493 150,92	24 545 623,31
				DA15	Despesa total [5] + [6]	24 673 802,13	21 184 912,37



DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

Grupo Municipal da Nazaré

Rubrica	LIQUIDAÇÕES	31/12/2021	31/12/2020	Rubrica	OBRIGAÇÕES	31/12/2021	31/12/2020
	Receita corrente	1 240 940,32	1 263 376,25		Despesa corrente	755 220,50	986 052,17
R1	Receita fiscal			D1	Despesas com o pessoal	150 112,48	100 752,69
R1.1	Impostos diretos			D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	88 035,77	67 050,98
R1.2	Impostos indiretos	0,00	18 575,06	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	5 742,91	4 780,72
R2	Contribuições sist. proteção social e subsist. saúde			D1.3	Segurança social	56 333,80	59 730,92
R3	Taxas, multas e outras penalidades	53 493,30	42 179,84	D2	Aquisição de bens e serviços	559 892,35	822 690,90
R4	Rendimentos de propriedade	2 212,00	1 212,00	D3	Juros e outros encargos		
R5	Transferências e subsídios correntes	117 211,67	119 308,71	D4	Transferências e subsídios correntes	73,15	892,14
R5.1	Transferências correntes			D4.1	Transferências correntes		
R5.1.1	Administrações Públicas			D4.1.1	Administrações Públicas		
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	117 211,67	119 308,71	D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português		
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades			D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		
R5.1.1.3	Segurança Social			D4.1.1.3	Segurança Social		
R5.1.1.4	Administração Regional			D4.1.1.4	Administração Regional		
R5.1.1.5	Administração Local			D4.1.1.5	Administração Local		
R5.1.2	Exterior - U E			D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	0,00	9,00
R5.1.3	Outras			D4.1.3	Famílias	73,15	883,14
R5.2	Subsídios correntes			D4.1.4	Outras		
R6	Venda de bens e serviços	1 031 479,04	1 047 664,79	D4.2	Subsídios Correntes		
R7	Outras receitas correntes	36 544,31	34 435,85	D5	Outras despesas correntes	45 142,52	61 716,44
	Receita de capital	0,00	0,00		Despesa de capital	4 016,89	512 194,54
R8	Venda de bens de investimento			D6	Aquisição de bens de capital	4 016,89	512 194,54
R9	Transferências e subsídios de capital			D7	Transferências e subsídios de capital		
R9.1	Transferências de capital			D7.1	Transferências de capital		
R9.1.1	Administrações Públicas			D7.1.1	Administrações Públicas		
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português			D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português		
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades			D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		
R9.1.1.3	Segurança Social			D7.1.1.3	Segurança Social		
R9.1.1.4	Administração Regional			D7.1.1.4	Administração Regional		
R9.1.1.5	Administração Local			D7.1.1.5	Administração Local		
R9.1.2	Exterior - U E			D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo		
R9.1.3	Outras			D7.1.3	Famílias		
R9.2	Subsídios de capital			D7.1.4	Outras		
R10	Outras receitas de capital			D7.2	Subsídios de capital		
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos			D8	Outras despesas de capital		
	Receita efetiva [1]	1 240 940,32	1 263 376,25		Despesa efetiva [4]	759 237,39	1 498 246,71
	Receita não efetiva [2]	0,00	0,00		Despesa não efetiva [5]	0,00	0,00
R12	Receita com ativos financeiros			D9	Despesa com ativos financeiros		
R13	Receita com passivos financeiros			D10	Despesa com passivos financeiros		
	Receita total [3]=[1]+[2]	1 240 940,32	1 263 376,25		Despesa Total [6]=[4]+[5]	759 237,39	1 498 246,71



Município da Nazaré

Relatório de Gestão Consolidado

Demonstrações financeiras consolidadas

Handwritten signatures in blue ink, including a large signature and a smaller one above it.

**BALANÇO CONSOLIDADO**
Grupo Municipal da Nazaré

RUBRICAS	NOTAS	Datas	
		2021	2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	47 046 192,45	46 620 268,37
Ativos intangíveis	3	271 495,64	324 112,36
Participações financeiras	22	840 556,00	840 556,00
Outras contas a receber		504 558,52	0,00
		48 662 802,61	47 784 936,73
Ativo corrente			
Inventários	10	284 848,16	353 165,54
Devedores por transf. e subsídios não reembolsáveis	23.2	168 520,19	170 617,23
Clientes, contribuintes e utentes	23.2	544 759,24	630 468,65
Estado e outros entes públicos	23.2	129 020,13	157 783,04
Outras contas a receber	23.2	1 082 000,50	1 173 900,45
Diferimentos		47 068,78	54 021,77
Outros ativos correntes		500,00	500,00
Caixa e depósitos	1.2	4 957 503,30	4 370 455,04
		7 214 220,30	6 910 911,72
		55 877 022,91	54 695 848,45
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património / Capital	23.1	12 811 254,78	12 811 254,78
Reservas	23.1	307 676,23	307 676,23
Resultados transitados	23.1	-1 740 774,18	-2 131 566,95
Ajustamentos em ativos financeiros	23.1	-4 947 747,81	-4 948 493,03
Outras variações no património líquido	23.1	13 569 364,62	12 246 773,54
Resultado líquido do período	23.1	868 155,50	480 830,92
		20 867 929,14	18 766 475,49
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	12 199,95	1 880 177,17
Financiamentos obtidos	7	30 455 551,41	29 141 690,60
Diferimentos		0,00	0,00
Outras contas a pagar	23.2	993 875,61	835 867,43
		31 461 626,97	31 857 735,20
Passivo corrente			
Fornecedores	23.2	873 495,28	1 122 842,14
Estado e outros entes públicos	23.2	287 268,51	149 275,09
Financiamentos obtidos	7	1 172 379,76	1 008 153,54
Fornecedores de investimentos	23.2	889,14	587 199,25
Outras contas a pagar	23.2	1 213 434,11	1 204 167,74
		3 547 466,80	4 071 637,76
		35 009 093,77	35 929 372,96
		55 877 022,91	54 695 848,45

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADA
Grupo Municipal da Nazaré

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		31/12/2021	31/12/2020
Impostos, contribuições e taxas	23.3	9 310 000,36	7 654 645,81
Vendas	23.3	2 003 002,92	1 447 783,75
Prestações de serviços e concessões	23.3	5 331 655,17	4 644 477,45
Transferências e subsídios correntes obtidos	23.3	4 580 493,27	4 392 816,47
Rendimentos/Gastos imputados de entidades		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	23.3	39 128,64	90 949,14
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-1 187 287,90	-870 202,30
Fornecimentos e serviços externos	23.4	-6 627 809,51	-5 616 787,03
Gastos com pessoal	23.5	-8 459 303,66	-7 810 800,16
Transferências e subsídios concedidos	23.6	-1 159 339,95	-881 619,42
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-74 639,96	7 287,06
Provisões (aumentos/reduções)	15	15 265,69	0,00
Outros rendimentos	23.3	1 169 173,25	1 292 445,87
Outros gastos	23.6	-719 932,76	-842 941,16
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		4 220 405,56	3 508 055,48
Gastos/reversões de depreciação e amortização	5	-2 760 786,41	-2 465 499,18
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		1 459 619,15	1 042 556,30
Juros e rendimentos similares obtidos		17 257,61	7 948,57
Juros e gastos similares suportados	7	-569 249,80	-555 963,92
Resultado antes de impostos		907 626,96	494 540,95
Imposto sobre o rendimento		-39 471,46	-13 710,03
Resultado líquido do período		868 155,50	480 830,92



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

Grupo Municipal da Nazaré

Rubricas	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		8 886 600,20	7 680 609,66
Recebimentos de contribuintes		9 030 745,76	7 238 169,87
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		3 709 082,45	3 718 208,14
Recebimentos de utentes		223 349,87	362 135,70
Pagamentos a fornecedores		-7 440 594,65	-7 921 946,31
Pagamentos ao pessoal		-7 750 260,73	-7 201 813,16
Pagamentos de transferências e subsídios		-639 591,32	-691 408,66
Caixa gerada pelas operações		6 019 331,58	3 183 955,24
Outros recebimentos/pagamentos		-358 928,47	-494 543,92
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		5 660 403,11	2 689 411,32
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-4 026 517,49	-4 263 914,30
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		307 900,00	
Recebimentos - Transferências de capital		919 618,51	2 077 459,38
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-2 798 998,98	-2 186 454,92
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos		2 023 000,00	160 000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-844 729,63	-235 634,25
Pagamentos - Juros e gastos similares		-554 527,13	-779 522,88
Pagamentos - Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		623 743,24	-855 157,13
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		3 485 147,37	-352 200,73
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		4 370 455,04	4 722 655,77
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		4 957 503,30	4 370 455,04
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		4 370 455,04	4 722 655,77
Saldo da gerência anterior (SGA)		4 370 455,04	4 722 655,77
SGA De execução orçamental		3 519 915,11	3 868 874,07
SGA De operações de tesouraria		850 539,93	853 781,70
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		4 957 503,30	4 370 455,04
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		4 957 503,30	4 370 455,04
SGS De execução orçamental		4 092 604,86	3 514 325,48
SGS De operações de tesouraria		864 898,44	856 129,56



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO

Grupo Municipal da Nazaré

Ano 2021

Designação	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla											Total do património líquido
	Capital / Património subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrum. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	12 811 254,78				307 676,23	-2 131 566,95	-4 948 493,03		12 246 773,54	480 830,92	18 766 475,49	18 766 475,49
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	0,00				0,00	0,00	745,22		1 322 591,08		1 323 336,30	1 323 336,30
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico										0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização												
Excedentes de revalorização e respetivas variações												
Transferências e subsídios de capital									1 322 591,08		1 322 591,08	1 322 591,08
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido							745,22				745,22	745,22
Correção de erros materiais												
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO										868 155,50	868 155,50	868 155,50
RESULTADO INTEGRAL										1 348 986,42	1 348 986,42	1 348 986,42
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	0,00				0,00	390 792,77	0,00		0,00	-480 830,92	-90 038,15	-90 038,15
Subscrições de capital/património						0,00					0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas												
Outras operações						390 792,77				-480 830,92	-90 038,15	-90 038,15
Subscrições de prémios de emissão												
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	12 811 254,78				307 676,23	-1 740 774,18	-4 947 747,81		13 569 364,62	868 155,50	20 867 929,14	20 867 929,14



Município da Nazaré

Relatório de Gestão Consolidado

Anexos às demonstrações financeiras consolidadas

Handwritten mark

Handwritten signature

Handwritten signature



Nota 1 – Entidades incluídas no perímetro de consolidação

1.1 – Entidades incluídas na consolidação

As entidades incluídas na consolidação e que fazem parte do grupo municipal são as que constam no quadro seguinte.

Quadro 1.1 - Entidades incluídas na consolidação

Entidade	Sede	Atividade Principal	Capital	Participação	% Controlo		Obs.
					Direto	Indireto	
Município da Nazaré	Av. Vieira Guimarães, 2450-112 Nazaré	Administração Local					a)
Serviços Municipalizados da Nazaré	Av. Vieira Guimarães, 2450-112 Nazaré	Abastecimento de água	9 485 572,98	9 485 572,98	100,00%		b)
Nazaré Qualifica, EM	Estrada da Praia do Norte, 2450-504 Nazaré	Outras atividades de serviços de apoio prestados às empresas	10 000,00	10 000,00	100,00%		b)

a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, conforme o estabelecido no n.º 1 do Artigo 46º da Lei das Finanças Locais

b) Entidade controlada pelo Município da Nazaré

1.1.1 – Princípios e políticas contabilísticas nas entidades incluídas na consolidação

Quer os princípios quer políticas contabilísticas adotadas pelo Município e pelos Serviços Municipalizados são coincidentes entre si.

No que se refere à Nazaré Qualifica, as taxas de depreciação utilizadas e o critério de cálculo e contabilização de imparidades são divergentes. Contudo, as diferenças são imateriais nas demonstrações financeiras consolidadas.

Procedeu-se à eliminação dos saldos, transações, transferências e subsídios e resultados incorporados em ativos relativos a operações efetuadas entre as entidades consolidantes.



1.2 – Caixa e depósitos

De seguida apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Quadro 1.2 - Desagregação de caixa e depósitos

Conta	2021		2020	
Caixa		445 570,30		450 016,09
Caixa	26 001,97		15 188,71	
Caixa - valores a regularizar	419 568,33		434 827,38	
Depósitos à ordem		4 511 933,00		3 920 438,95
Depósitos bancários à ordem	1 388 417,26		796 923,21	
Depósitos bancários à ordem - valores a regularizar	3 123 515,74		3 123 515,74	
Total de caixa e depósitos		4 957 503,30		4 370 455,04

Conforme se pode observar no quadro supra, nele consta o valor de 3.543.084,07 € relativo a valores a regularizar, que dizem respeito a divergências apuradas de anos anteriores a 2015 nos saldos de caixa e depósitos. Para além destes montantes, estão registados valores a regularizar apurados também em 2015, no ativo não corrente, na rubrica de outros devedores e no passivo não corrente, na rubrica de outros credores. O quadro seguinte resume os montantes devedores e credores a regularizar.

Quadro 1.3 - Valores a regularizar

Rubrica	2020	2021	Varição	Rubrica	2020	2021	Varição
Ativo não corrente				Passivo não corrente			
Outros devedores	504 558,52	504 558,52	0,00	Outros credores	141 010,72	141 010,72	0,00
Subtotal	504 558,52	504 558,52	0,00	Subtotal	141 010,72	141 010,72	0,00
Ativo corrente							
Disponibilidades							
Caixa	434 827,38	419 568,33	-15 259,05				
Depósitos à ordem	3 123 515,74	3 123 515,74	0,00				
Subtotal	3 558 343,12	3 543 084,07	-15 259,05				
Total Geral	4 062 901,64	4 047 642,59	-15 259,05	Total Geral	141 010,72	141 010,72	0,00
Valor Líquido	3 921 890,92	3 906 631,87	-15 259,05				

O saldo sofreu uma ligeira diminuição no valor de 15 mil euros face ao ano anterior.



Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento

Todos os bens do ativo fixo tangível, intangível e propriedades de investimento foram mensurados pelo seu custo de aquisição. As depreciações são calculadas a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização, pelo método das quotas constantes em todas as participadas.

Participações financeiras

O Município adotou dois critérios de mensuração:

- a) as participações financeiras inferiores a 20% foram mensuradas ao custo (de acordo com a NCP 18),
- b) as participações financeiras superiores a 20% foram mensuradas ao método de equivalência patrimonial (MEP) (de acordo com a NCP 23).

No método do custo, inicialmente o investimento é reconhecido pelo seu custo e vai sendo ajustado por perdas por imparidade.

No método de equivalência patrimonial, inicialmente a participação é reconhecida pelo custo, sendo depois ajustada conforme os resultados das participadas, ou seja, o resultado líquido das participadas são reconhecidos nos resultados líquidos do Município.

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) aquele que é utilizado.

Desde o dia 1 de janeiro de 2020, todos os bens são inventariados segundo as taxas constantes do Classificador Complementar 2 (anexo III da Portaria nº 189/2016).

A todos os bens com um valor de aquisição inferior ou igual a 266,89 euros é atribuída uma taxa de amortização de 100%, o que equivale ao bem ser depreciado em 12 meses.



Contas a receber

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que o Grupo Municipal não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo de aquisição.

Especialização do exercício

Em conformidade com o princípio de especialização do exercício, os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que respeitam, independentemente do momento em que as transações são registadas.

**Nota 3 – Ativos intangíveis**

Em 2021, os movimentos ocorridos na rubrica dos ativos intangíveis encontram-se no quadro seguinte:

Quadro 3.1 - Ativos intangíveis consolidados

Rubricas	início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Amortizações Acumuladas (2)	Perdas por impairidade Acumuladas (3)	Quantia Escriturada (4)=(1) - (2) - (3)	Quantia Bruta (5)	Amortizações Acumuladas (6)	Perdas por impairidade Acumuladas (7)	Quantia Escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento	93 768,57	93 768,57		0,00	93 768,57	93 768,57		0,00
Programas de computador e sistemas de informação	1 225,00	408,18		816,82	10 462,76	2 922,05		7 540,71
Propriedade industrial e intelectual	34 486,73	29 177,87		5 308,86	34 486,73	34 486,73		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00				
Ativos intangíveis em curso	318 327,08			318 327,08	263 954,93			263 954,93
Total	447 807,38	123 354,62		324 452,76	402 672,99	131 177,35		271 495,64

Os ativos intangíveis consolidados apresentam um saldo de 271 mil euros, essencialmente referente a anteprojetos e projetos de execução de várias empreitadas.

**Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente**

No quadro seguinte encontram-se os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais disponíveis. Estes contratos referem-se somente ao Município da Nazaré.

Quadro 4.1 - Acordos de concessão de serviços

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da concessão de rede de distribuição de eletricidade em baixa tensão	EDP Distribuição	-	20 anos	-	-	-	
Instalação e exploração de um Empreendimento Turístico e Quiosque	2 MBM - Investimentos Hoteleiros, Lda	-	30 anos	105 999,00	-	-	
Exploração dos balneários da praia da Nazaré "A Onda"	Cristiana do Carmo, Unipessoal, Lda	-	13 anos	35 555,55	-	-	

Nota 5 – Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desconhecido. O Grupo Municipal utiliza o método das quotas constantes para calcular as depreciações.

Em 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida.



Quadro 5.1 - Ativos fixos tangíveis consolidados

Rubricas	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta (1)	Depreciações Acumuladas (2)	Perdas por Imparidade Acumuladas (3)	Quantia Escriturada (4)=(1)-(2)-(3)	Quantia Bruta (5)	Depreciações Acumuladas (6)	Perdas por Imparidade Acumuladas (7)	Quantia Escriturada (8)=(5)-(6)-(7)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	674 444,67	0,00		674 444,67	674 444,67	0,00		674 444,67
Edifícios e outras construções	531 398,51	116 511,53		414 886,98	623 397,05	131 269,44		492 127,61
Infraestruturas	20 797 006,47	8 355 148,58		12 441 857,89	21 459 038,34	9 194 358,97		12 264 679,37
Património histórico, artístico e cultural	53 828,76	12 032,85		41 795,91	303 552,73	13 193,99		290 358,74
Equipamento militar, de segurança e defesa	0,00	0,00			0,00	0,00		
Outros	128 845,54	118 967,26		9 878,28	128 845,54	123 906,40		4 939,14
Outros bens de domínio público em curso	0,00	0,00			0,00	0,00		
	22 185 523,95	8 602 660,22		13 582 863,73	23 189 278,33	9 462 728,80		13 726 549,53
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	2 113 299,78	2 657,22		2 110 642,56	1 974 433,62	4 421,94		1 970 011,68
Edifícios e outras construções	43 418 276,72	20 040 128,25		23 378 148,47	47 804 212,76	21 254 514,11		26 549 698,65
Equipamento básico	7 022 661,58	6 067 237,38		955 424,20	7 343 810,59	6 302 772,68		1 041 037,91
Equipamento de transporte	2 560 111,03	1 795 100,24		765 010,79	2 693 873,53	1 984 251,46		709 622,07
Equipamento administrativo	4 020 258,37	3 647 548,03		372 710,34	4 071 110,15	3 779 101,78		292 008,37
Equipamentos biológicos	0,00	0,00			0,00	0,00		
Outros	2 037 514,03	1 527 586,77		509 927,26	2 083 887,03	1 648 149,35		435 737,68
Ativos fixos tangíveis em curso	4 945 541,02	0,00		4 945 541,02	2 331 526,56	0,00		2 331 526,56
	66 117 662,53	33 080 257,89		33 037 404,64	68 302 854,24	34 973 211,32		33 329 642,92
Total	88 303 186,48	41 682 918,11		46 620 268,37	91 492 132,57	44 435 940,12		47 056 192,45

Os ativos fixos tangíveis consolidados representam 84% do total do ativo e registaram um valor de 47 milhões de euros.

No exercício foram concluídas diversas obras, no valor global de 4,7 milhões de euros, das quais se destacam:

- Centro Escolar Famalicão (1,99 milhões de euros);
- Novo Centro de Saúde da Nazaré (1,59 milhões de euros);
- Reabilitação da Av. Vieira Guimarães (433 mil euros);
- Reabilitação da Igreja de São Gião (244 mil euros);
- Reabilitação da Antiga Discoteca Jeans Rouge – Cobertura (155 mil euros);
- Arranjos exteriores ao Centro de Saúde (131 mil euros).

**Nota 6 – Locações**

A 31 de dezembro, encerrou-se o contrato, cujos dados se apresentam no quadro seguinte.

RUBRICAS	Quantia escriturada líquida	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Capital	Juro	Capital	Juro					
Locações financeiras - Edifícios	-	26 000,18	5,90	462 500,00	68 085,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	26 000,18	5,90	462 500,00	68 085,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 7 – Custo de empréstimos obtidos

No final do ano de 2021, o detalhe dos empréstimos obtidos consolidados está espelhado no quadro seguinte.

Quadro 7.1 - Custo de empréstimos obtidos

Financiamentos	Saldo a 31/12/2020	Variação no exercício		Saldo a 31/12/2021
		Aumentos	Reduções	
Não corrente	29 141 690,60	2 114 705,68	800 844,87	30 455 551,41
FAM	27 906 547,07	1 850 000,00	590 441,63	29 166 105,44
Outros financiamentos bancários	1 235 143,53	264 705,68	210 403,24	1 289 445,97
Corrente	1 008 153,54	386 415,49	222 189,27	1 172 379,76
FAM	766 617,72	70 441,63	0,00	837 059,35
Outros financiamentos bancários	241 535,82	315 973,86	222 189,27	335 320,41
Total	30 149 844,14	2 501 121,17	1 023 034,14	31 627 931,17

Conforme referido na nota 15, na sequência da conclusão do processo judicial com a Ecoambiente, e respetivo pagamento por parte do Município no montante de 1.85 milhões de euros, e tendo em consideração que este processo constava no PAM como passivo contingente, a conclusão deste processo implicou um aumento do financiamento do FAM no mesmo montante.



Como se pode observar no quadro supra, os financiamentos obtidos de médio e longo prazo (passivo não corrente) apresentam aumentos no valor de 2,11 milhões de euros (conforme explicação acima e resultado e resultado da contração do empréstimo de médio e longo prazo por parte dos Serviços Municipalizados) e reduções de 800 mil euros. Esta variação decorre das amortizações dos financiamentos contratados no valor de 520 mil euros ao FAM e do facto do valor de 1,1 milhões de euros (valor a pagar em 2022) relativos à amortização dos empréstimos ter passado para o curto prazo (passivo corrente).

Em termos globais, os financiamentos obtidos registaram um aumento de 2,15 milhões de euros e uma diminuição de 772 mil euros referente às amortizações de capital no exercício (226 mil euros relativos a empréstimos a bancos, 520 mil euros ao FAM e 26 mil euros relativos a locações financeiras).

No que aos juros e encargos diz respeito, observe-se o quando seguinte:

Quadro 7.2 - Juros e outros encargos financeiros

Juros e Encargos	Saldo a 31/12/2020	Saldo a 31/12/2021
Juros FAM	510 143,39	529 613,45
Juros outros financiamentos bancários	9 815,27	9 724,66
Juros mora	15 941,90	13 190,35
Outros encargos financeiros	20 063,36	16 721,34
Total	555 963,92	569 249,80

Registou-se um ligeiro aumento no total dos encargos financeiros (+13 mil euros). Este acréscimo deve-se ao maior valor de juros do empréstimo do FAM que o Município teve que suportar neste exercício.



Handwritten signatures and initials:
 - Top right: a stylized signature.
 - Middle right: initials "MS" and "FUC".
 - Bottom right: a large signature and a circular stamp.

Nota 10 – Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante o ano de 2021 – custo médio ponderado. Pode observar-se o quadro seguinte com a informação dos valores da conta de inventários consolidados e os movimentos do período.

Quadro 10.1 - Inventários

Rubrica	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	69 847,00		69 847,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	215 001,16		215 001,16
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalho em curso			
TOTAL	284 848,16		284 848,16

Quadro 10.2 - Inventários: movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos/gastos	variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	
Mercadorias	146 499,91	863 447,01	940 099,92						69 847,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	206 665,63	255 523,51	247 187,98				0,00	0,00	215 001,16
Produtos acabados e intermédios									
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
Produtos e trabalho em curso									
TOTAL	353 165,54	1 118 970,52	1 187 287,90				0,00	0,00	284 848,16

Como se pode observar, a quantia de inventários consolidados apresenta um valor final de 384,8 mil euros, sofrendo uma diminuição face ao ano anterior.



Quanto ao gasto consolidado do exercício, o quadro infra mostra o respetivo cálculo.

Quadro 10.3 - Quantia de inventários reconhecida como gasto do período

Ano 2021	Mercadorias	Matérias Primas, Subs., Consumo	TOTAL
Existências Iniciais	146 499,91	206 665,63	353 165,54
Compras	863 447,01	255 523,51	1 118 970,52
Regularização de Existências	0,00	0,00	0,00
Existências Finais	69 847,00	215 001,16	284 848,16
Gasto no Exercício	0,00	247 187,98	1 187 287,90

Ano 2020	Mercadorias	Matérias Primas, Subs., Consumo	TOTAL
Existências Iniciais	108 332,23	158 005,85	266 338,08
Compras	680 565,69	281 708,20	962 273,89
Regularização de Existências	0,00	-5 244,13	-5 244,13
Existências Finais	146 499,91	206 665,63	353 165,54
Gasto no Exercício	0,00	227 804,29	870 202,30

Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A NCP 15 faz a distinção entre:

- Provisões, que são reconhecidas como passivos porque são obrigações presentes e é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essas obrigações; e
- Passivos contingentes, que não são reconhecidos como passivos, ou porque são obrigações possíveis, que carecem de confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a um exfluxo de recursos, ou porque são obrigações em que não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos.

Foi solicitado ao assessor jurídico que acompanha os processos judiciais do Município que para cada processo em curso, atribuisse a classificação de “provável exfluxo de recursos” ou “não provável exfluxo de recursos”.



Para os processos judiciais em curso para os quais foi atribuída a classificação de “não provável exfluxo de recursos”, não foi constituída qualquer provisão, sendo considerados passivos contingentes.

No quadro seguinte, evidenciamos os movimentos ocorridos no exercício na rubrica de provisões para riscos e encargos:

Quadro 15.1 - Provisões

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total diminuições	
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	1 880 177,17				0,00	1 852 711,53	15 265,69		1 867 977,22	12 199,95
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
Total	1 880 177,17				0,00	1 852 711,53			1 867 977,22	12 199,95

Neste exercício, o Município procedeu a utilizações de provisões no montante de 1.852.711,53 € e anulações no montante de 15.265,69 €, pelo que no final do exercício, o valor das provisões para riscos e encargos ascende a 12.199,95 €.

No que se refere às utilizações, importa salientar a conclusão do processo judicial 1347/16.0 BELRA-A - Ecoambiente, a qual originou o valor de indemnização a pagar pelo Município de 1,85 milhões de euros. Esta é no essencial a justificação para o montante da utilização de provisões constantes no quadro.

De referir ainda, que este processo constava no PAM, como passivo contingente, e o seu pagamento por parte do Município foi objeto de financiamento adicional, do mesmo montante, por parte do FAM.



O valor dos passivos contingentes ascende a 2.467.278,25 €.

Quadro 15.2 - Passivos Contingentes

Natureza Passivos Contingentes	Estimativa Efeito Financeiro	Previsão Reembolso	
		Data	Valor
Processos judiciais em curso	2 467 278,25		
Total	2 467 278,25		

O Grupo Municipal não regista ativos contingentes.

**Nota 20 – Divulgações de partes relacionadas**

Nos quadros seguintes indica-se o controlo do Município da Nazaré nas suas participadas e as transações entre partes relacionadas.

Quadro 20.1 - Listagem de Entidades Controladas

Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Sede	Capital Social	Participação	% Controlo		Controlo Final
					Direto	Indireto	
Serviços Municipalizados da Nazaré	Não societária	Nazaré	9 485 572,98	100,00%	100,00%		100,00%
Nazaré Qualifica, E.M.	Societária	Nazaré	10 000,00	100,00%	100,00%		100,00%

Quadro 20.2 - Transações entre partes relacionadas

Entidade relacionada	Natureza do relacionamento	Transação			Saldo no fim do período	Controlo Final
		Tipo	Quantia	% no total das transações		
Serviços Municipalizados da Nazaré	Entidade controlada	Gastos - FSE	160 544,58	0,89%	0,00	100,00%
		Subsídios à exploração	120 458,57	0,67%	0,00	
Nazaré Qualifica, E.M.	Entidade controlada	Contratos Programa	695 899,96	3,84%	0,00	100,00%
Total			976 903,11	5,40%	0,00	



Handwritten initials and signature in the top right corner.

Nota 22 – Interesses em outras entidades e investimentos em associadas

No quadro seguinte, consta a identificação das participações financeiras que o Município detém inferiores a 20%, e que foram por isso mesmo, excluídas do perímetro de consolidação.

Handwritten signature and initials in the right margin.

Quadro 22.1 - Mapa de participações financeiras 2021 - Outras participações

Designação da Entidade	Tipo de Entidade	Sede	Percentagem de Participação	Participação no final do exercício	Capitais Próprios da Participada no final do exercício	Resultado Líquido da Participada	Observações
Águas do Tejo Atlântico, S.A.	Societária	Lisboa	0,24	273 724	113 527 680	3 750 162	
Águas do Vale do Tejo, S.A.	Societária	Guarda	0,23	194 781	83 759 578	3 131 675	
Associação Nacional de Municípios Portugueses	AM	Coimbra	0,32		2 873 716	373 688	
Associação Portuguesa Municípios com Centro Histórico	Não Societária	Lamego	0,006		81 700	71 018	
Comunidade Intermunicipal do Oeste	Não Societária	Caldas da Rainha	4,96		9 203 189	2 167 415	
Fundo de Apoio Municipal	OPCDP	Lisboa	0,09	372 051	417 857 175		



Nota 23 – Outras divulgações

23.1 – Património líquido

Quadro 23.1 - Variações no património líquido consolidado

Rubrica	Saldo a 31/12/2020	Movimento do período			Saldo a 31/12/2021
		Aumentos	Regularizações	Reduções	
Património / Capital	12 811 254,78				12 811 254,78
Reservas	307 676,23				307 676,23
Resultados transitados	-2 131 566,95	390 792,77		0,00	-1 740 774,18
Ajustamentos em ativos financeiros	-4 948 493,03	2 261,92	1 045,88	470,82	-4 947 747,81
Município da Nazaré	-4 805 718,89		1 045,88	470,82	-4 807 235,59
Serviços Municipalizados da Nazaré	-142 774,14	2 261,92			-140 512,22
Outras variações no património líquido	12 246 773,54	1 788 427,73	2 261,92	463 574,73	13 569 364,62
Resultado líquido do período	480 830,92	387 324,58			868 155,50
TOTAL	18 766 475,49	2 568 807,00	3 307,80	464 045,55	20 867 929,14

A rubrica resultados transitados, apresenta um saldo de 1.740.774,18 €. Apresenta uma variação de 390 mil euros relativamente a 2020, pela aplicação do resultado líquido de 2020, conforme proposta aprovada em assembleia municipal.

Nas outras variações no património líquido, com a entrada em vigor do SNC-AP, passaram-se a registar nesta rubrica os subsídios ao investimento (que anteriormente eram registados na rubrica de rendimentos a reconhecer) e as transferências de capital no âmbito do FEF (que anteriormente eram registadas em rendimentos do exercício).

No final de 2021, o valor nesta rubrica era de 13.569.364,62 €. A variação positiva de 1,32 milhões de euros, resulta do efeito conjugado de:

- o valor do FEF capital e transferência ao abrigo do art.º 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013 (+536.343 euros);
- o valor da imputação a resultados de subsídios ao investimento (-463.574 euros). Este valor é transferido para outros rendimentos e ganhos no exercício proporcional às depreciações dos investimentos participados;
- o valor da transferência de capital de competências, no âmbito da Lei n.º 50/2018 (+20.000 euros);
- o valor das transferências e subsídios de capital com condições cumpridas (+1,23 milhões de euros).

**23.2 – Outras contas a receber e a pagar**

A evolução da rubrica de outras contas a receber e a pagar ilustra-se no quadro seguinte.

Quadro 23.2 - Outras contas a receber e a pagar

Contas a receber e a pagar	Saldo a 31/12/2020	Saldo a 31/12/2021	Variação	Variação %
A receber	2 132 769,37	2 428 858,58	296 089,21	13,88%
Ativo corrente				
Devedores por transf. e subsídios não reembolsáveis	170 617,23	168 520,19	-2 097,04	-1,23%
Clientes, contribuintes e utentes	630 468,65	544 759,24	-85 709,41	-13,59%
Outras contas a receber	1 173 900,45	1 082 000,50	-91 899,95	-7,83%
Devedores por acréscimo de rendimentos	714 635,07	762 327,75	47 692,68	6,67%
Outros	95 694,80	319 672,75	223 977,95	234,05%
Valores a regularizar	363 570,58	0,00	-363 570,58	-100,00%
Estado e outros entes públicos	157 783,04	129 020,13	-28 762,91	-18,23%
Ativo não corrente				
Outras contas a receber	0,00	504 558,52	504 558,52	-
Valores a regularizar	0,00	504 558,52	504 558,52	-
A pagar	3 899 351,65	3 368 962,65	-530 389,00	-13,60%
Passivo corrente				
Fornecedores	1 122 842,14	873 495,28	-249 346,86	-22,21%
Fornecedores de investimentos	587 199,25	889,14	-586 310,11	-99,85%
Estado e outros entes públicos	149 275,09	287 268,51	137 993,42	92,44%
Outras contas a pagar	1 204 167,74	1 213 434,11	9 266,37	0,77%
Credores por acréscimos de gastos	912 193,75	958 819,63	46 625,88	5,11%
Outros devedores e credores	291 973,99	254 614,48	-37 359,51	-12,80%
Passivo não corrente				
Outras contas a pagar	835 867,43	993 875,61	158 008,18	18,90%
Garantias e caucões	835 446,90	852 864,89	17 417,99	2,08%
Outros	420,53	141 010,72	140 590,19	33431,67%



23.3 – Rendimentos

O valor dos rendimentos reconhecidos em 2020 e 2021 é detalhado no quadro infra.

Quadro 23.3 - Rendimentos

RENDIMENTOS	Saldo a 31/12/2020	Saldo a 31/12/2021	Var. 21/20
Impostos, contribuições e taxas	7 654 645,81	9 310 000,36	1 655 354,55
Impostos diretos	5 163 757,55	5 285 676,92	121 919,37
Impostos indiretos	2 260 713,73	3 831 813,00	1 571 099,27
Taxas, multas e outras penalidades	230 174,53	192 510,44	-37 664,09
Vendas	1 447 783,75	2 003 002,92	555 219,17
Prestações de serviços e concessões	4 644 477,45	5 331 655,17	687 177,72
Transferências e subsídios obtidos	4 392 816,47	4 580 493,27	187 676,80
Trabalhos para a própria entidade	90 949,14	39 128,64	-51 820,50
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	7 287,06	15 265,69	7 978,63
Outros rendimentos	1 292 445,87	1 169 173,25	-123 272,62
Juros e rendimentos similares obtidos	7 948,57	17 257,61	9 309,04
Total	19 538 354,12	22 465 976,91	2 927 622,79

**23.4 – Fornecimentos e Serviços Externos**

No quadro abaixo pode observar-se os valores dos principais fornecimentos e serviços externos consolidados em 2021, bem como a variação relativamente ao ano anterior.

Quadro 23.4 - Fornecimentos e serviços externos

FSE	Saldo a 31/12/2020	Saldo a 31/12/2021	Var. 21/20	Variação %
Subcontratos e parcerias	895 078,47	1 023 901,11	128 822,64	14,39%
Saneamento básico	671 490,57	670 794,00	-696,57	-0,10%
Serviços de recolha e tratamento de RSU	223 587,90	353 107,11	129 519,21	57,93%
Serviços diversos	1 196 834,30	1 524 333,56	327 499,26	27,36%
Rendas e alugueres	157 817,30	324 365,39	166 548,09	105,53%
Comunicações	91 817,51	96 335,95	4 518,44	4,92%
Seguros	70 735,19	80 128,40	9 393,21	13,28%
Limpeza, higiene e conforto	167 437,91	207 867,43	40 429,52	24,15%
Serviços desportivos	36 618,40	131 889,25	95 270,85	260,17%
Serviços de educação	237 501,86	278 166,26	40 664,40	17,12%
Serviços culturais	110 914,39	125 061,22	14 146,83	12,75%
Refeições	39 629,73	0,00	-39 629,73	-100,00%
Outros	284 362,01	280 519,66	-3 842,35	-1,35%
Serviços especializados	2 008 058,91	2 404 218,42	396 159,51	19,73%
Estudos, pareceres e consultoria jurídica	60 517,30	136 142,52	75 625,22	124,96%
Estudos e projetos de arquitetura e fiscalização de obras	52 621,08	113 755,72	61 134,64	116,18%
Estudos de organização, económico-financeiros e de auditoria	41 451,00	83 460,77	42 009,77	101,35%
Publicidade,, comunicação e imagem	61 497,29	44 902,50	-16 594,79	-26,98%
Vigilância e segurança	256 534,64	267 418,89	10 884,25	4,24%
Comissões de cobrança de impostos e taxas	169 515,49	215 127,77	45 612,28	26,91%
Conservação e reparação	511 135,57	511 833,55	697,98	0,14%
Honorários	279 591,40	361 426,96	81 835,56	29,27%
Comissões	61 338,36	79 034,11	17 695,75	28,85%
Outros	513 856,78	591 115,63	77 258,85	15,04%
Energia e fluidos	968 449,83	1 096 287,85	127 838,02	13,20%
Eletricidade	616 067,52	741 762,11	125 694,59	20,40%
Combustíveis e lubrificantes	352 382,31	354 525,74	2 143,43	0,61%
Materiais de consumo	366 292,68	363 008,47	-3 284,21	-0,90%
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	40 338,59	31 706,78	-8 631,81	-21,40%
Vestuário e artigos pessoais	61 749,67	30 180,22	-31 569,45	-51,12%
Material de escritório	36 131,29	48 411,98	12 280,69	33,99%
Outros	228 073,13	252 709,49	24 636,36	10,80%
Serviços de alojamento e restauração	79 127,48	62 074,80	-17 052,68	-21,55%
Deslocações , estadas e transportes	102 945,36	153 985,30	51 039,94	49,58%
Total	5 616 787,03	6 627 809,51	1 011 022,48	18,00%



Esta rubrica regista despesas com aquisições de bens de consumo, que não sejam existências inventariáveis e serviços prestados por entidades externas. Teve um acréscimo de 18%.

Grande parte deste incremento diz respeito aos serviços especializados e serviços diversos. Em 2021 registou-se um aumento nos gastos com estudos, pareceres e consultoria jurídica, resultado do pagamento de despesas provenientes de processos judiciais, nos gastos com projetos de arquitetura e fiscalização de obras, resultado do pagamento de diversos projetos (elaboração da estratégia local de habitação, especialidades do funicular (fase1), levantamentos topográficos, entre outros), nos gastos com comissões de cobrança de impostos, resultado do aumento do valor cobrado dos impostos e conseqüente aumento dos encargos associados e pagos à AT.

Registou-se igualmente um aumento nos gastos com rendas e alugueres, resultado do aumento do aluguer de diversos equipamentos (veículos elétricos, contentores modulares para salas de aula, tendas para as eleições, entre outros), nos gastos com serviços desportivos (serviços com atividades de surf, realização da supertaça de andebol, entre outros, aumento nos gastos com limpeza e higiene e educação, nomeadamente com o incremento de aquisição de prestadores de serviços para as escolas do concelho e higienização das instalações do Grupo Municipal.

**23.5 – Gastos com Pessoal**

No final de 2021, o saldo da conta de gastos com o pessoal, decompõe-se conforme quadro infra.

Quadro 23.5 - Gastos com pessoal

Rubricas	Saldo a 31/12/2020	Saldo a 31/12/2021	Variação %
Titulares órgãos soberania e membros órgãos autárquicos	212 075,34	211 390,30	-0,32%
Pessoal em regime de nomeação definitiva e contrato de trabalho por tempo indeterminado	4 416 796,96	4 781 470,53	8,26%
Pessoal em regime de contrato individual de trabalho a termo resolutivo incerto	475 340,18	455 646,52	-4,14%
Pessoal em regime de contrato individual de trabalho a termo resolutivo certo	175 450,68	243 808,25	38,96%
Pessoal em qualquer outra situação	76 664,73	83 605,04	9,05%
Subsídio de refeição	358 890,19	378 376,81	5,43%
Suplementos e prémios	69 276,87	85 259,63	23,07%
Ajudas de custo	41 349,39	47 958,32	15,98%
Trabalho extraordinário	137 889,21	149 864,26	8,68%
Abono para falhas	32 145,45	35 685,78	11,01%
Subsídio de prevenção, trabalho noturno e de turno	156 165,56	171 253,57	9,66%
Caixa Geral de Aposentações	534 033,31	527 906,88	-1,15%
Segurança Social	863 678,96	989 881,90	14,61%
Subsistema de saúde	42 510,86	49 545,66	16,55%
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	49 416,16	47 343,02	-4,20%
Serviço Nacional de Saúde	57 661,48	79 111,13	37,20%
Indemnizações	0,00	0,00	#DIV/0!
Outros gastos com o pessoal	93 492,47	109 215,75	16,82%
Subsídio familiar a crianças e jovens	9 932,60	9 554,03	-3,81%
Outras prestações familiares	8 029,76	2 426,28	-69,78%
Total	7 810 800,16	8 459 303,66	8,30%

Compreendem as remunerações e respetivos encargos com os funcionários do Grupo Municipal, com o executivo municipal e os órgãos sociais da Empresa Municipal Nazaré Qualifica. O Grupo Municipal contabilizava no final do ano 462 colaboradores. No âmbito da transferência de competências na educação, foram transferidos para o Município 54 colaboradores até ao final do ano em termos acumulados.

Este aumento em termos de gasto (648 mil euros) resulta da transferência de competências na área da educação, consubstanciada na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, do descongelamento das progressões na carreira, do aumento do salário mínimo nacional, das entradas pelos procedimentos concursais para contratos de trabalho por tempo indeterminado nos Serviços Municipalizados e da contratação de pessoal para reforço de equipas de que executam tarefas de



limpeza e higienização. O aumento resultante da transferência de competências é compensado com o aumento de transferências na receita no mesmo âmbito.

23.6 – Transferências e subsídios concedidos e outros gastos

Quadro 23.6 - Transferências e subsídios concedidos e outros gastos

Rubricas	Saldo a 31/12/2020	Saldo a 31/12/2021	Variação %
Transferências e subsídios concedidos	881 619,42	1 159 339,95	31,50%
Freguesias	252 461,85	248 966,13	-1,38%
Instituições sem fins lucrativos	366 211,16	568 647,06	55,28%
Outros	262 946,41	341 726,76	29,96%
Outros gastos	842 941,16	719 932,76	-14,59%
Correções relativas a períodos anteriores	421 885,41	184 562,11	-56,25%
Taxas	112 252,35	138 999,65	23,83%
Quotizações	164 768,86	211 453,10	28,33%
Outros	144 034,54	184 917,90	28,38%
Total	1 724 560,58	1 879 272,71	8,97%

Relativamente às transferências e subsídios concedidos, o acréscimo resulta essencialmente do aumento dos gastos com as instituições sem fins lucrativos.

Relativamente aos outros gastos, a diminuição de 123 mil euros incide na rubrica de correções relativas a períodos anteriores.



Nazaré, 9 de junho de 2022

Órgão Executivo

Órgão Deliberativo

*Luís
Luís
Luís
Luís
Luís*